

JOSÉ LUÍS BRANDÃO  
FRANCISCO DE OLIVEIRA  
(COORD.)

IMPRESA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA  
COIMBRA  
UNIVERSITY  
PRESS

HISTÓRIA DE

RO

MA

ANTIGA

VOLUME II

IMPÉRIO ROMANO  
DO OCIDENTE E  
ROMANIDADE  
HISPÂNICA



## 12. DIOCLECIANO E CONSTANTINO

**Adriaan de Man**

United Arab Emirates University  
Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos - UC  
ORCID: 0000-0003-1549-9804  
adriaandeman@uaeu.ac.ae

**Sumário:** Após décadas de elevada instabilidade imperial, o governo de Diocleciano impôs diversas reformas, conduzindo a um novo ordenamento político. Apesar da rápida desintegração do sistema tetrárquico, perdurou um enquadramento social e jurídico que já se vinha a configurar desde os meados do século III, e que seria adaptado pela casa de Constantino.

### 1. Chegada ao poder

Diocleciano nasceu no seio de uma família humilde, a um 22 de dezembro entre 243 e 248, e com o nome de Díocles. Na verdade, as fontes não coincidem sobre as origens nem da mãe, nem do pai, sobre quem nada se sabe, talvez tendo sido um escriba ou liberto senatorial. As suas raízes também não estariam na zona de Salonica, onde vivia, mas sim nos confins mais setentrionais do Danúbio, região pela qual Diocleciano viria efetivamente a desenvolver um fascínio enquanto imperador. Ao longo do século III, assistiu-se à abertura prática da classe equestre a figuras de baixo estatuto, muitas vezes militares, e a sua ocasional promoção política e meritocrática. Galieno, em particular, rodeou-se de vários destes homens, incultos na aceção senatorial do Dominado, e introduziu-os no governo do Império, precisamente em detrimento dos senadores. Foi neste novo contexto que Diocleciano construiu uma carreira militar, desde simples recruta até o cargo de *dux*, o que determinou simultaneamente a sua incorporação equestre, assim como o contacto com círculos imperiais. A *Historia Augusta*<sup>1</sup> (*Prob.*

---

<sup>1</sup> Sobre a coerência e as fontes da própria *História Augusta*, e especificamente a figura de

21.3) refere o seletos grupo de comandantes que se consolidou já sob Probo, imperador enérgico e combativo, assassinado em 282. O prefeito do pretório Caro tornou-se imperador, e Diocleciano comandante da guarda imperial. Na sequência da morte de Numeriano, um dos filhos designados de Probo, Diocleciano foi aclamado imperador pelo exército em Nicomédia, em 284, e derrotou Carino, o outro filho de Probo, na primavera seguinte.

Não houve proscricções, nem exílios ou sequer desfavorecimentos declarados no momento da vitória, o que foi digno de nota em fontes mais tardias. Mesmo o prefeito do pretório Aristobulo, que havia tido um papel determinante sob Carino, e fora junto com este cônsul de 285, conservou não apenas o consulado mas também a prefeitura. Esta política de reconciliação<sup>2</sup> não resolvia contudo o problema com que todos os imperadores ilírios se tinham deparado, isto é, as pressões externas nas fronteiras renanas e persas, e a insegurança interna em diversas províncias, onde Bagaudas e outros fora-da-lei punham em questão a autoridade central de Roma.

## 2. Reformas de Diocleciano

### 2.1. Um problema sistémico

Em capítulo precedente (10) foram discutidos os detalhes da famígera crise do século III, com as suas variações muito desiguais no tempo e no espaço romano. No limite, a ameaça externa no Ocidente poderia ter tido uma considerável componente propagandística. As campanhas imperiais contra hostes bárbaras eram mais do que nunca um poderoso legitimador, e apesar de todo o enfraquecimento institucional, a verdade é que a Gália não foi efetivamente ocupada por Francos ou Alamanos. Focando portanto em especial o vetor interno, a instabilidade sucessória tinha sido em grande medida catalisada por uma espiral inflacionária, que colocou desafios impossíveis à governação do Império. A desvalorização da moeda de prata, referência sistémica central, tinha implicado a sucessiva redução na pureza das emissões<sup>3</sup>, problema que se viu acelerado por alguns fatores. Por um lado, a falta de metal nobre reduzia a capacidade emissora do Estado, mas o problema fatal foi, efetivamente, a desconfiança dos utilizadores dessas novas moedas. Na verdade, diversos imperadores haviam recorrido com anterioridade à redução de prata, sem que tal afetasse o respetivo valor fiduciário. Já desde Nero que o denário tinha vindo a perder pureza, e sob Caracala estava abaixo dos 50%. Quando em 215 este imperador introduziu o

---

Diocleciano nela retratada, vide Rohrbacher 2013 e Moreno Ferrero 1984-85.

<sup>2</sup> Harries 2012, 27.

<sup>3</sup> Leadbetter 2011, 34. Vide, atrás, Teixeira, cap. 10. § 2 e 4; e, à frente, Funari – Carlan, cap. 13.

chamado antoniniano, com um valor nominalmente duplo em relação ao denário, a quantidade de prata era apenas de 1,6 e não de 2<sup>4</sup>, solução aceita pelos utilizadores sem danos estruturais ao sistema económico. Portanto, o problema monetário com que Diocleciano se deparou no fim desse século não tem origem numa razão ponderal com a prata, mas sim na aceitação prática das moedas em circulação, especialmente após Gordiano III e as lutas pelo poder que se seguiram. Mesmo perante tentativas normalizadoras, sob Valeriano ou já sob Aureliano, a noção generalizada era a de que as moedas de prata do século II e inícios do seguinte eram mais valiosas do que aquelas que o Estado passou a emitir depois. Um resultado flagrante é a retenção privada, ou “entesouramento”, de antigos denários e antoninianos, perante a reintrodução, por via comercial e fiscal, das congêneres mais recentes, o que incrementou ainda mais a constrição imperial em termos de capacidade remuneratória, em particular dos exércitos.

Estes fatores interrelacionados conduziram a uma conjuntura em que o preço dos bens transacionados subia de modo rápido e incontrollável, processo que se entenderia como inflação<sup>5</sup>. Não era compreendido dessa forma numa economia pré-moderna, fundamentalmente agrária, em que a raiz do mal era personificada e atribuída à avarizia de alguns. Dois fenómenos económicos imediatos resultaram desta debilidade. Por um lado, a munificência pública, que era simultaneamente fundamento cívico e configurador urbanístico, e que além disso se baseava na riqueza oriunda de excedentes agrícolas, colapsou juntamente com o enfraquecimento do sistema monetário, retirando desse modo vigor ao modelo de desenvolvimento alto-imperial. Refira-se que a própria reconfiguração do Dominado viria a alimentar uma alternativa socioeconómica na qual o evergetismo público deixava de ter lugar, e em que se via substituído por canais administrativos e imperiais. Um segundo fenómeno da crise monetária redundou num regresso a uma economia natural, novamente delineado por via oficial, o que se constata com clareza na utilização de canais anónimos civis. Os impostos em géneros tinham a vantagem de uma maior estabilidade, e substituíam a moeda mesmo em pagamentos ao exército, nomeadamente às guarnições de fronteira<sup>6</sup>. Enquadram-se num cenário de acentuada regionalização, em que os circuitos de coleta e redistribuição se prestam à dimensão local.

## 2. 2. Intervenção de Diocleciano

Aquando da sua ascensão, Diocleciano viu-se na obrigação de lidar com a espiral inflacionária que ameaçava os sustentáculos do poder. Limitou as suas

---

<sup>4</sup> Metcalf 2012 541.

<sup>5</sup> Temin 2013 90-91.

<sup>6</sup> Duncan-Jones 1990 105-117.

consequências através de uma série de medidas, que incidiram tanto sobre a moeda em si como sobre a taxação. Com os seus colegas de governo, introduziu uma nova moeda de ouro de elevada pureza, chamada *solidus*. Mas o problema da desvalorização colocava-se acima de tudo ao nível das moedas de bronze, com as quais se pagava, entre outros, às tropas de combate. Diocleciano emitiu uma série de documentos legais cujo intuito seria, de um só golpe, terminar com a subida de preços. Alguns decretos incidiram precisamente sobre a manipulação monetária, introduzindo por exemplo um novo padrão de prata, sob a forma do *argenteus*, numa reminiscência da moeda júlio-cláudia<sup>7</sup>. Porém, apesar da sua estabilidade, o valor prático destas novas emissões foi relativamente reduzido, perante o de outras, de baixo valor e com comportamento incontrolável aquando da sua injeção massiva no mercado. A intervenção sobre a moeda ficou reforçada numa determinação quase contemporânea do Édito dos Preços Máximos de 301<sup>8</sup> que, como indica a designação, inclui também uma listagem de produtos e serviços com um teto para transação, e mesmo pena de morte para infrações. O impacto imediato parece ter sido algumas desordens e rixas, e acima de tudo a criação de circuitos paralelos que, de acordo com os detratores de Diocleciano, como é o caso de Lactânio, transformaram o empreendimento num fiasco, talvez mesmo agravando a subida real dos preços. O que não se pode deixar de considerar é o efeito propagandístico destas medidas após uma prolongada instabilidade, apresentando aos habitantes do Império um governo com medidas firmes e abrangentes.

No campo da taxação fundiária, houve sensibilidade para encarar as diferentes potencialidades regionais, o que até então se calculava de forma bastante rígida e abstrata. Sem as variáveis de tipo de solo e de cultivo, de recursos humanos e animais, as tributações eram incalculáveis à partida, e as coletas, mais do que injustas para o proprietário, muitas vezes impraticáveis. Assim, as cidades e, por extensão, o Império, nunca se encontravam em condições de estabelecer um orçamento prospetivo, resultando em inúmeras coletas extraordinárias. O facto de estas continuarem a surgir nas fontes, juntamente com outras receitas irregulares, comprova que a introdução das novas unidades de taxação variável não removeram todos os obstáculos. Relacionada em particular com esta reforma fiscal está a reorganização administrativa, duplicando o número de províncias até cerca de cem, e implicando a secundarização senatorial já iniciada sob os imperadores ilfrios. A decisão tomada por Galieno de afastar os senadores dos comandos militares tinha implicado que os procônsules, assim como os legados, deixavam de comandar as tropas que estavam estacionadas nas suas próprias províncias. De qualquer forma, no final do governo de Diocleciano, restavam apenas duas províncias senatoriais, nomeadamente Ásia e África, cada uma muitíssimo reduzida em área. A provincialização da própria Itália, que nunca tinha pago taxas, colocava esse território historicamente isento ao nível dos outros territórios – a exceção foi

---

<sup>7</sup> Estiot 2012 538-560.

<sup>8</sup> Corbier 2005 335-336.

mantida apenas até uma distância de cem milhas da própria Roma. Paradoxalmente, esta medida reafetou o empenho das elites municipais na causa pública<sup>9</sup>. Mas abundantes críticas às reformas são, compreensivelmente, filo-senatoriais, e uma das mais persistentes prende-se com a burocratização. A multiplicação de unidades administrativas, associada à complexificação censitária, que por seu turno era crucial para o funcionamento do novo sistema de impostos, carecia de funcionários. O antigo modelo do Principado tinha envolvido as elites urbanas na maior parte das competências administrativas e judiciais. Desde Diocleciano, porém, a maior intromissão do governo central no quotidiano passava a requerer unidades político-fiscais chamadas dioceses, cada uma coordenada por um vicário da estrita confiança do imperador, que controlava diversas províncias, e que assumia algumas das funções dos prefeitos do pretório. A tetrarquia criou doze destas dioceses. Em simultâneo, as reformas no exército entroncavam nas mudanças administrativas, através de uma ainda mal definida e gradual separação entre *duces* e *iudices*. Estes últimos, enquanto governadores civis, eram responsáveis pela máquina administrativa que respondia diretamente ao imperador. Do ponto de vista estratégico, Zósimo (*Nova Hist.* 2.34.1) valoriza a ação de Diocleciano na defesa das fronteiras, ao longo das quais foram mantidas grandes fortalezas e guarnições, contrastando esta política com a de Constantino, que teria retirado essas defesas e instalado pequenas unidades em cidades. Estes trechos, estruturalmente anticristãos, fundamentaram a ideia moderna de uma global defesa em profundidade, que porém não colhe argumentos arqueológicos muito evidentes. Nalgumas áreas da fronteira com a Pérsia, por exemplo, houve investimento em grandes cidades fortificadas que em teoria poderiam resistir a cercos até à chegada de reforços, mas além de decorrer das particularidades geográficas, não pode ser adscrito à grande estratégia de um dado imperador, e muito menos transposto para outras áreas. O que se configurou progressivamente é a separação formal entre tropas estacionárias, ou *limitanei*, e exércitos de campanha, denominadas *comitatenses*<sup>10</sup>. Desde os Severos que se vinha assistindo à multiplicação de legiões, com menos homens, e à maior utilização de unidades de cavalaria, o que forma um grande contraste com o exército romano da República e do Principado, assunto analisado noutra capítulo deste volume<sup>11</sup>.

### 3. Tetrarquia e sucessão

Considera-se amiúde que a reforma política mais abrangente de Diocleciano consistiu na imposição do sistema tetrárquico. Na realidade, o princípio da adoção

---

<sup>9</sup> Van Dam 2007 26.

<sup>10</sup> Elton 1997 89-107.

<sup>11</sup> Vide atrás Monteiro, cap. 11.

e subsequente cogoverno não era de todo uma novidade no cenário político imperial, na senda dos Antoninos, para quem o esquema pseudo-dinástico funcionou muito bem. A vantagem evidente é a do herdeiro ser selecionado pelas suas qualidades, não pela filiação natural. Legalmente, as exatas competências de um *filius Augusti* não são claras, mas o *Caesar* via-se imiscuído de alguma maneira na administração, como sucessor designado. Em 285, Diocleciano optou por favorecer um companheiro de longa data, também ele com raízes no Danúbio, chamado Maximiano. Leal e sem pretensões intelectuais, este era acima de tudo um soldado cuja atenção se dirigia para o campo de batalha e menos para as intrigas palacianas, nas quais seria próximo de incompetente, o que se confirmaria na fase final da sua vida, quando deixou o seu retiro em apoio do filho. É de novo Lactâncio quem vilipendia em favor da classe senatorial, oferecendo uma perspectiva excessivamente selvagem de Maximiano, que deve ser interpretada com cautela.

### 3.1. Configuração da diarquia

A primeira missão do novo César consistiu na reposição da ordem nas ricas províncias da Gália, enquanto Diocleciano combatia no Oriente. Os movimentos bagaudas a que se fez referência não constituíam usurpações, nem sequer movimentos autonómicos num sentido verdadeiramente político. Eram revoltas de camponeses, *coloni*, assaltantes, e um leque de outros insatisfeitos que, num contexto de vácuo de autoridade, se associavam de alguma forma em torno de um líder, assim desafiando o poder das cidades e dos terratenentes. As suas motivações eram muito distintas, desde a autodefesa contra os bárbaros até à mera pilhagem. A própria designação ressurgiu periodicamente, muito depois da tetrarquia, sendo mesmo possível que os Bagaudas mais tardios fossem forças irregulares que colaborassem ocasionalmente com o Estado. Seja como for, logo em 285 Maximiano concentrou-se em Eliano e Amando, os líderes máximos desta revolta inexperiente, e demorou poucos meses para aniquilar a resistência com uma violência eficaz. Tratou-se de uma campanha sórdida contra Romanos obrigados a viver numa terra sem lei, que talvez por isso mesmo não foi propagandeada, mesmo em panegíricos posteriores, da mesma maneira que as múltiplas vitórias contra Hérulos, Francos, Alamanos, e contra os piratas no canal da Mancha. As rápidas vitórias contra estes últimos logo em 286 foram ótimas notícias para Maximiano. Mas Caráusio, comandante da frota imperial, colocou em prática uma secessão britânica bem orquestrada, em parte talvez instigado por acontecimentos que o acusavam de má gestão. Em resultado, de um momento para o outro passou a dominar o mar, as legiões britânicas, e várias unidades continentais que lhe asseguravam o controlo efetivo de uma região que atinge a desembocadura do Reno<sup>12</sup>. Contrariamente

---

<sup>12</sup> Casey 1994 50 e.s.

aos Bagaudas gálicos, mas em tudo inspirado no Império Gálico de Póstumo, Caráusio estabeleceu um Império das Britânicas, um Estado concorrente que contava com muitos metais preciosos, e portanto com a lealdade das tropas.

A questão britânica conduziu linearmente à instauração da diarquia. A circunstância de Caráusio se apresentar como Augusto, e Maximiano apenas como César, logo subordinado a um Augusto longínquo e desconhecido, forçou Diocleciano a promovê-lo a irmão na primavera de 286. Esta solução era de facto uma originalidade absoluta, mas o princípio subjacente não. A colegialidade consular ou prefeitoral estava enraizada no pensamento romano e, apesar dos paralelismos forçados, é verdade que Marco Aurélio tinha nominalmente partilhado o império com o seu irmão adotivo Lúcio Vero, e Vespasiano com o filho Tito, tornado César. Imediatamente antes de Diocleciano, Valeriano e Galieno tinham partilhado o poder, e os próprios Carino e Numeriano tinham assegurado uma espécie de colégio fugaz. Em 286, os novos co-imperadores combateriam os inimigos de Roma, um no Oriente e outro no Ocidente, com iguais poderes mas sem legalmente dividir o Império, que era *patrimonium indivisum*. Esta separação em duas esferas de ação não era mais que um acordo de praticabilidade, não uma divisão territorial, e ambos os Augustos partilharam o consulado de 287. Todos os sinais eram de equidade, na cunhagem de moeda, na emissão de decretos ou no patrocínio de festividades<sup>13</sup>. Talvez em 287, os diarcas adotaram *signa*, Diocleciano o de *Iovius*, enquanto Maximiano passou a ser *Herculeus*. Foi rebatida uma pretensa manutenção simbólica da superioridade do pai sobre o filho, supostamente retratada através da relação entre Júpiter e Hércules<sup>14</sup>. O que talvez não seja de negar é a preeminência da *auctoritas* de Diocleciano nesta fase inicial, mas o objetivo público foi criar, de acordo com a propaganda, irmãos na virtude, o que seria mais forte do que qualquer laço de sangue (*Pan. Lat.* 10 2.9.3).

### 3.2. A tetrarquia

Em 293, dois outros generais foram elevados a Césares, cada um associado a um dos imperadores seniores. Galério passava a assistir Diocleciano no Oriente, e Constâncio I, chamado Cloro pela sua tez, instalou-se no Ocidente, subordinado a Maximiano. Foi efetivamente Constâncio quem recuperou os territórios britânicos e gálicos de Caráusio, já a Aleto, vitória culminante numa entrada triunfal em Londres. Este novo esquema governativo de quatro ficou conhecido como tetrarquia, expressão em voga desde os finais do século XIX, e que retrata uma união familiar que dependia da adoção de generais sucessores. De forma suplementar, os laços eram fortalecidos através do matrimónio: Galério era simultaneamente filho

---

<sup>13</sup> Williams 2000 49.

<sup>14</sup> Rees 2004 75.



adotivo e genro de Diocleciano, casando com Valéria, e Constâncio, pela mesma lógica, tomou por mulher Teodora, filha ou enteada de Maximiano. O pequeno monumento de pórfiro, colocado num canto da catedral de S. Marco em Veneza, constitui uma expressiva imagem simbólica deste governo de quatro. Em abstrato, o mecanismo de associação funcionava, mas os herdeiros naturais acabariam, no entanto, por ter pretensões defensáveis à púrpura. Um primeiro sinal dessa debilidade remonta aos inícios da própria diarquia; já em 289, no panegírico de Maximiano, tinha ficado sugerido abertamente o seu filho Maxêncio como putativo herdeiro (*Pan. Lat.* 10 82.14.1.), o que se inviabilizava com a entrada em cena de Constâncio e, por inerência, do seu filho Constantino. Como o próprio Diocleciano não tinha filhos, o problema no Oriente não se colocou nestes moldes, até ao dia da sua famosa abdicação a 1 de maio de 305, decisão na qual foi seguido por um Maximiano menos entusiasta. A elevação de Galério e Constâncio a Augustos implicaria a designação simultânea de novos Césares. Lactâncio (*Mort. Pers.* 19.3-4) descreve em pormenor a parada militar a que Diocleciano se dirigiu, justificando a sua retirada com a fraca saúde. Indica também a expectativa da nomeação de Constantino, que estava presente, bem como a surpresa geral perante a indigitação de Severo, antigo companheiro de Galério, e de Maximino, chamado de Daia, o seu próprio sobrinho. A fonte pró-cristã relata a fuga de Constantino para junto do pai, que morreu logo em 306, e como o exército da Britânia aclamou o filho como sucessor. A morte natural de Constâncio Cloro implicava uma nova rotação na parte ocidental da tetrarquia, e assim Galério promoveu Severo, de acordo com as regras, oferecendo a Constantino a posição de César, que este aceitou, preferindo-a à de usurpador britânico, na vereda de Caráusio.

Desenvolveu-se rapidamente um caótico cenário dinástico, entre a entrada em cena de Maxêncio em 306, que se legitimava como filho do primeiro diarca, e a morte de Galério em 311, o que terminou um quarto de século de Império renovado. Uma breve guerra civil em 307 levou à tomada da Itália por Maxêncio, à incapacidade de Galério em recuperá-la e à execução do Augusto Severo. Parte do apoio regional a Maxêncio deveu-se certamente à intenção de Galério de continuar as reformas de Diocleciano e também retirar a isenção tributária à própria Roma. Galério tinha igualmente criado antipatias junto da Guarda Pretoriana, e boa parte da classe senatorial era naturalmente avessa às políticas de Diocleciano e dos seus. Tentativas de restaurar o sistema tetrárquico falharam, chegando a coexistir um total de seis imperadores. Em 311, destacaram-se dois deles, Constantino e Maxêncio.

#### 4. Perseguição religiosa de Diocleciano

A tetrarquia foi também um período de reação oficial contra o cristianismo. Fontes cristãs como Eusébio ou Lactâncio estabeleceram uma narrativa unicista

que liga o período após 303 a uma grande perseguição. Refira-se que, durante a quase totalidade do seu governo, Diocleciano não agiu contra os cristãos. As primeiras ações oficiais nem sequer são claramente direcionadas, como se depreende da missiva a Juliano, procônsul de África, contra os Maniqueus, cuja corrupção persa é vista como um perigo para o Estado e para a religião justa e tradicional. Dado que o profeta Manes se apresentava como seguidor de Jesus Cristo, e afirmava mesmo que os seus ensinamentos eram produto dos evangelhos, é provável que tenha chamado a atenção para os cristãos que viviam no interior do Império. Estes começam a individualizar-se em ambiente tetrárquico sob a forma de mártires militares que se recusam a obedecer, nomeadamente no respeitante ao édito de 304, que obrigava a sacrificar aos deuses e ao imperador. Esta lei será consequência direta de uma interrupção na tomada pública de auspícios, conduzida pelo próprio Diocleciano, por parte de um grupo de cristãos<sup>15</sup>.

Foram emitidos quatro éditos contra os cristãos entre 303 e 304, primeiro limitando os seus direitos e, depois, ligando-os a revoltas e insubordinações no Oriente, aprisionando os líderes, que seriam imediatamente libertados caso sacrificassem aos deuses. É interessante observar que não existem punições pelo facto de alguém se confessar cristão, mas sim pela inobservância das regras de Estado, e dos *instituta* dos antigos. Isto fica ilustrado nos termos de inquirições judiciais, em diálogos que chegam a parecer absurdos ao próprio interrogador, e que retornam sempre ao mesmo fundamento simples e auto-justificativo: [o procônsul] *Anulino disse: Porque agiste contra a ordem? Ele respondeu: Porque sou um cristão.* (Mart. Abit. 13-15). Terá havido interesse estatal na perseguição, na medida em que acarretava muitos confiscos de bens, mas ela foi aplicada de modo desigual no Império. Maxêncio aboliu os éditos logo após 305, e Galério, pouco antes da sua morte, emitiu o Édito de Tolerância, o que implicava que os Cristãos poderiam prestar culto como desejassem, desde que orassem pelo bem-estar do imperador e do Império. Maximino não levou este édito em conta e empenhou-se pessoalmente por mais um ano em julgamentos e execuções nas grandes cidades do Oriente.

## 5. Constantino

### 5. 1. Cristianismo

A desintegração do sistema tetrárquico colocou rapidamente em confronto dois sobreviventes proeminentes. A derrota de Maxêncio na batalha da ponte Mílvia, às portas de Roma, em 312, correspondeu à afirmação ocidental de

---

<sup>15</sup> Harries 2012 85-87.

Constantino<sup>16</sup> e, de acordo como a sua fonte mais apologética, Eusébio de Cesareia, marcou o arranque da sua conversão ao cristianismo. Mas nem no arco de Constantino em Roma se vislumbra uma menção a esse facto; o transeunte atual pode ler que o tirano foi vencido através da inspiração de divindade e da grandeza de mente. Na relação com o Oriente, Constantino estabeleceu um entendimento com Licínio em 313, que incluiu o chamado Édito de Milão, na verdade indicações em forma epistolar através das quais se ordenava aos governadores provinciais a restituição dos bens dos cristãos. Independentemente de outras razões plausíveis, tratou-se claramente de um hábil ataque a Maximino, até porque não se faz qualquer referência ao deus cristão mas sim a uma *summa divinitas*, protetora do Império. O entendimento ficou quebrado com a intromissão de Constantino na região balcânica, e com as subseqüentes derrotas de Licínio em Adrianópolis, depois no mar, diante de Crisópolis, em 324. O domínio do Império voltava assim a concentrar-se nas mãos de um só imperador.

A aproximação de Constantino às crenças cristãs não se iniciou na véspera da batalha final com Maxêncio, episódio transmitido por uma tradição mais recente. O seu trajeto espiritual tinha começado ainda antes dos Alpes, e escolheu o deus-sol como protetor da campanha. Mas quando anunciou publicamente a sua visão, seguiu nada mais do que um hábito antigo, segundo o qual generais comunicavam sonhos e sinais benéficos às tropas que combateriam no dia seguinte. A própria combinação das letras *chi* e *rho*, pintada nos escudos dos soldados, tanto pode ser uma referência ao nome de Cristo como à palavra *chrestos*, isto é, boa sorte<sup>17</sup>. Só mais tarde o crismon viria a figurar no estandarte imperial, tornando-se por extensão símbolo da cristandade oficial. As precisas convicções religiosas do próprio Constantino, patentes não apenas em fontes laudatórias mas também em documentação epistolar do próprio, devem ser entendidas com grandes nuances políticas. Acresce que a sua máquina de propaganda divulgou múltiplas inverdades desde muito cedo e com grande eficácia, sempre com intuítos políticos concretos. As numerosas incorreções sobre a própria idade do imperador foram usadas contextualmente por ele, por exemplo para se distanciar das purgas tetrárquicas de 303, afirmando que era apenas um rapaz pequeno, quando na verdade era um ambicioso adulto que nessa altura nada fez pelos cristãos<sup>18</sup>. Também não é claro que o batismo no leito de morte indicaria realmente uma exclusividade religiosa no pensamento do imperador, sendo o ato um género de purificação final, compreendido mesmo em ambiente pagão tardo-romano. O cristianismo primitivo emanava de uma mesma raiz oriental que produzira diversas formas de gnosticismo e neoplatonismo, o mitraísmo, o maniqueísmo e um conjunto de outras

---

<sup>16</sup> Barbero 2016.

<sup>17</sup> Potter 2013 143.

<sup>18</sup> Barnes 2014 3.

crenças e seitas escatológicas que radicavam na salvação da alma. Por via paralela, a receção pagã de um conceito solar tornou-se frequente precisamente nos predecessores de Constantino ao longo século III, tendo Aureliano até criado um colégio sacerdotal para culto público ao sol. A adoração de *Sol Invictus, comes Augusti*, instigava uma confusão propositada entre uma divindade suprema e a figura abstrata do imperador. Ou seja, nenhuma prova isenta leva a concluir que Constantino foi cristão. Em moldes muito semelhantes, o pai tinha explorado a imagética de Sol divinizado, e carecem de sustentação as esporádicas tentativas de olhar Constâncio Cloro como cristão, ou sequer de devoto especial de um deus-sol único<sup>19</sup>. Expressões como filho ou companheiro do sol encontram múltiplos paralelos lineares nos reis helenísticos ou no mundo faraônico, e qualificam um monarca, não especificamente um adorador do deus cristão.

O vivo interesse de Constantino no cristianismo é porém notório, e ficou patente na sua intromissão num debate sobre o problema trinitário, que se vinha avivando ao longo do século III oriental. Ao pensamento dominante sobre o pai, filho e espírito santo serem três substâncias da mesma entidade divina opunham-se outras correntes, para as quais deus pode ser apenas um, remetendo os elementos da trindade para meras expressões. Estas interpretações ficaram coletivamente designadas por monarquianismo, dado professarem a existência de um só monarca, que por inerência não poderia ser Jesus. As posições ficaram polarizadas em torno das figuras de Alexandre e de Ário, avizinhandose um encontro em Antioquia, quando Constantino interveio e indicou um lugar neutro, em Niceia, na atual Turquia. A razão declarada é a vontade imperial de observar e aconselhar, e além disso a cidade ficava longe dos territórios em que antigos apoiantes de Licínio poderiam ainda ser um incómodo. Em 325, o imperador presidiu ao concílio e participou ativamente<sup>20</sup>.

## 5.2. Reformas administrativas e militares

A fundação de uma nova cidade capital, a poucos quilómetros das muralhas de Bizâncio, foi decidida pessoalmente pelo imperador, marcando o perímetro com a ponta de uma lança, nos finais de 324. Roma continuaria a ter um primado protocolar, e os seus senadores tinham precedência sobre os de Constantinopla, mas na prática ficou secundarizada em aspetos comerciais e mesmo políticos. A 11 de maio de 330, Constantinopla foi oficialmente inaugurada, sendo um ponto focal a estátua de Constantino, no topo de uma coluna, no meio do fórum. A estátua simbolizava Tyche, ou seja, Fortuna, e era adorada por habitantes e pelo exército, o que novamente transformava o

---

<sup>19</sup> Bardill 2011 89.

<sup>20</sup> Sobre a evolução da ligação do cristianismo ao poder, vide à frente Paula Dias, cap. 14.

imperador num protetor divino<sup>21</sup>. Na realidade, a pseudo-divinização imperial era explícita já sob Diocleciano, e os panegiristas fazem abundante referência à boca sagrada ou aos ouvidos sagrados do imperador. Fica também visível através de uma cerimónia protocolar a que se chamou *adoratio purpurae*, uma honra que consistia em beijar, prostrado, o canto da toga imperial. No Dominado, que se pode fazer iniciar com a tetrarquia, o imperador deixava de ser um príncipe, isto é, um homem teoricamente disponível para os seus concidadãos, para se transformar num *dominus*, a quem os súbditos não conseguem aceder. Esta encenação palaciana forma parte de uma ampla estrutura burocrática, não apenas no entorno imediato do imperador, mas estabelecida, através de abundante legislação central, em todos os cantos do Império.

A *Notitia Dignitatum* ilustra alguma dessa complexidade, visto que corresponde a uma sequência de cargos militares e civis, cuja datação não pode ser indicada com certeza. As unidades mais antigas aí patentes são seguramente anteriores a Adrianópolis, enquanto as mais tardias datam de 427. É claramente uma lista sucessivamente atualizada que, portanto, não oferece uma imagem estática de um dado governo imperial. Os exércitos ocidental e oriental surgem comandados por *magistri* da cavalaria e da infantaria, generalíssimos que comandavam *comites* e *duces* em todas as províncias. As unidades tetrárquicas chamadas *comitatenses* correspondem a uma configuração muito particular, de criação já pré-diocleciana. O termo *comitatus*, usado numa multiplicidade de sentidos, engloba cenários palacianos ou encontros elitistas. No entanto, mesmo já em fontes clássicas como Tácito, remete geralmente para um grupo militar que se associa a um comandante supremo ou a um imperador. Como ficou indicado, estes *comitatenses* são unidades móveis que, em teoria, formariam o exército de campo imperial. Sob a dinastia de Constantino, tais unidades viram-se progressivamente confinadas a territórios e comandos regionais, sendo criadas outras, chamadas de palatinas, que combatiam sob as ordens diretas do imperador. Os mencionados *limitanei* eram teoricamente tropas de mais baixa categoria e que estariam aquarteladas nas fronteiras, como a designação indica, tal como os *ripenses*, que seriam os guardas dos rios, pela mesma lógica. Na prática, as distinções nunca foram assim tão exclusivas, até porque o *limes*, neste contexto, é uma genérica extensão administrativa, não uma linha fronteiriça, e porque em zonas como a Hispânia havia tropas fixas mas não *limites* externos. Entronca aqui diretamente uma outra questão, que é a das alterações na administração urbana, que passa a ser considerada um fardo, e a afirmação de elites, muitas vezes as antigas classes curiais e noutros casos famílias senatoriais, no campo. Passam a representar uma força social e política que nalgumas dimensões é substitutiva da ordem urbana. No Ocidente, as casas de campo destes proprietários fundiários ultrapassam em tamanho e opulência as suas congéneres alto-imperiais, que haviam

---

<sup>21</sup> Bardill 2011 28.

tido um propósito agrícola, sendo então a cidade o local de afirmação individual. Os novos poderosos e os seus palácios rurais replicavam, na medida do possível, a mesma estrutura legal que emanava do Dominado imperial, resultando numa relação alterada entre um *dominus* e proprietários teoricamente livres. À burocratização, regionalização e ruralização acrescentou-se uma imobilização social, que na prática obrigava a que a maioria da população, e os respetivos herdeiros, ficassem juridicamente adscritos a um senhor, a uma terra e a um ofício – ainda que a rigidez efetiva deste enquadramento seja cada vez mais posta em causa.

### 5.3. Os herdeiros de Constantino

Aquando da morte de Constantino em 337, uma grande parte da sua família foi assassinada pelos exércitos, e os três filhos dividiram o Império, com sucessos pouco duradouros, e novas guerras civis. Em 340, Constantino II foi morto por Constante, e este por um dos seus generais, Magnêncio, que usurpou o poder no Ocidente, tendo sido vencido em derrotas sucessivas pelo terceiro irmão, Constâncio II, que passou a governar como imperador único a partir de 350. As dificuldades na gestão de um Império muito regionalizado e burocratizado levaram-no a chamar um dos poucos familiares sobreviventes para César, mas este Constâncio Galo foi executado devido aos excessos cometidos. Por fim, em 355, a escolha recaiu sobre o último primo vivo, o estudante de filosofia Juliano, que surpreendeu pelos expressivos sucessos militares na Gália, e pela energia com que saneou o sistema tributário de elementos corruptos. A ordem de Constâncio II para lhe entregar as melhores tropas levou a que estas aclamassem Juliano Augusto, e houvesse movimentos militares que faziam antever nova guerra civil, evitada apenas pela morte de Constâncio em 361. O curtíssimo mas vigoroso governo de Juliano reintroduziu os cultos pagãos e proibiu os cristãos de ensinarem filosofia e história romana, o que lhe valeu o epíteto de Apóstata. Foi o último imperador que se preocupou com o paganismo e com a cultura greco-romana, tendo morrido em combate contra os Persas, dezoito meses após a sua ascensão<sup>22</sup>.

### Tábua cronológica

Império de Diocleciano: 284  
Tetrarquia: 293-313  
Batalha da Ponte Mílvia: 312  
Concílio de Niceia: 325  
Morte de Constantino: 337

---

<sup>22</sup> Sobre este assunto vide Paula Dias, cap. 14.

## Bibliografia

### Fontes

- Eusébio de Cesareia: Eusebius. *Ecclesiastical History*, books I-V, translated by K. Lake; books VI-X, translated by J. E. L. Oulton, The Loeb Classical Library 153; 265, Harvard University Press, Cambridge, 1926-1932.
- História Augusta: *Historia Augusta*, Volume III, translated by David Magie, The Loeb Classical Library 263, Harvard University Press, Cambridge, 1932.
- Lactância: Lactantius. *The Death of Persecutors*, translated by W. Fletcher, The Anti-Nicene Fathers, vol. 7, T&T Clark, Edinburgh, 1994.
- Passio Abitiniae Martyrum: *The Acts of the Abitinian Martyrs*, Donatist Martyr Stories: The Church in Conflict in Roman North Africa, translated by M.A. Tilley, Liverpool, University Press.
- Panegyrici Latini: *In Praise of Later Roman Emperors: Panegyrici Latini*, translated by C. E. V. Nixon & B. S. Rodgers, Berkeley and Los Angeles, University of California Press.
- Zósimo: Zosime. *Histoire Nouvelle*. Tome I: Livres I et II, traduit par F. Paschoud, Les Belles Lettres 401, Paris, 1971.

### Estudos

- Barbero, A. (2016), *Costantino il Vincitore*. Salerno Editore, Roma.
- Bardill, J. (2011), *Constantine, Divine Emperor of the Christian Golden Age*. Cambridge, University Press.
- Barnes, T. (2014), *Constantine: Dynasty, Religion and Power in the Later Roman Empire*. Oxford, Wiley-Blackwell.
- Casey, P. J. (1994), *Carausius and Allectus. The British Usurpers*. London, Taylor & Francis.
- Corbier, M. (2005), *Coinage and Taxation. The State's point of view, The Cambridge Ancient History*, Volume 12, *The Crisis of Empire, AD 193-337*, Cambridge, University Press, 327-439.
- Duncan-Jones, R. (1990), *Structure and Scale in the Roman Economy*. Cambridge, University Press.
- Elton, H. (1997), *Warfare in Roman Europe: AD 350-425*. Oxford, University Press.
- Estiot, S. (2012), *The Later Third Century. The Oxford Handbook of Greek and Roman Coinage*. Oxford, University Press, 538-560.
- Harries, J. (2012), *Imperial Rome, AD 284 to 363. The New Empire*. Edinburgh, University Press.
- Leadbetter, B. (2011), *Galerius and the Will of Diocletian*. Oxon, Routledge.
- Moreno Ferrero, I. (1984-85), *La figura de Diocleciano en la Historia Augusta, Studia Historica* 2-3 225-237.
- Potter, D. S. (2013), *Constantine the Emperor*. Oxford, University Press.
- Rees, R. (2004), *Diocletian and the Tetrarchy*. Edinburgh, University Press.
- Rohrbacher, D. (2013), "The sources of the *Historia Augusta re-examined*", *Histos* 7 146-80.
- Temin, P. (2013), *The Roman Market Economy*. Princeton, University Press.
- Van Dam, R. (2007), *The Roman Revolution of Constantine*. Cambridge, University Press.
- Williams, S. (2000), *Diocletian and the Roman Recovery*. London, Routledge.